


A INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO MARANHÃO: SUAS CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.954122518034>

Data de aceite: 26/03/2025

Ana Karina França Ferreira Carvalho

Assistente Social do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão, mestranda de Gestão em Desenvolvimento Regional– Universidade de Taubaté – UNITAU

Joacy Pereira de Carvalho Filho

Analista em Desenvolvimento Regional, Administrador da 8ª Superintendência Regional da CODEVASF, especialista em Gestão Pública- Estácio de Sá

RESUMO: A criação e Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica surge como estratégia governamental de enfrentamento das desigualdades sociais, e estabelece a função social dos Institutos Federais como promotores do desenvolvimento local e de inclusão social, através da oferta de educação profissional e tecnológica, com ênfase na identificação e mapeamento das potencialidades locais e na consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais. Trata-se de um estudo exploratório descritivo, apoiado em pesquisas bibliográficas e documentais acerca da expansão de educação profissional e

tecnológica, destaque na atual conjuntura como premissa governamental de desenvolvimento regional para regiões do interior do país. Dessa forma, este estudo tem como proposta analisar as contribuições do processo de interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para o desenvolvimento regional no Estado do Maranhão. Ao reconhecer que o debate sobre educação e desenvolvimento regional se faz importante, principalmente em um país, onde o nível de baixa escolaridade é grande, os Institutos Federais tanto por sua infraestrutura quanto por sua capilaridade territorial apresentam uma proposta singular de dialogar com a realidade dos pequenos municípios e cidades antes esquecidas por políticas educacionais de qualidade, somado as possibilidades de construção de um projeto de desenvolvimento social à medida que amplia o acesso à educação a pessoas antes privadas de educação de qualidade.

INTRODUÇÃO

A relação entre educação e desenvolvimento se faz cada vez mais presentes nos debates sobre desenvolvimento regional. Silva (2012) destaca a presença nos discursos oficiais do governo a relação entre educação e desenvolvimento, que ao estabelecerem o desenvolvimento regional como meta, acabam por elaborar políticas públicas voltadas em sua grande maioria para a área da educação, partindo da variável de que o bom desempenho da economia está intimamente ligado ao nível de capacitação da população (nível salarial, desemprego, avanço tecnológico).

Explica em seu estudo, as inter-relações entre educação profissional e desenvolvimento através da Teoria do Capital Social e do modelo neoclássico de desenvolvimento, onde o crescimento econômico do país se dá por meio da aprendizagem e pela utilização eficaz das tecnologias existentes, em outras palavras, destaca que o investimento em educação é um traço marcante nas nações desenvolvidas e a presença cada vez mais marcante de postos de trabalhos caracterizados por procedimentos tecnológicos e baseados em informação, tendo a qualificação como premissa para ingresso no mercado de trabalho.

Destacamos então os planos e projetos nacionais de democratização da educação superior e profissional do país a partir da década de 90, este estudo terá como recorte o Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica instituído por meio do Decreto de nº 5.154, de 23/07/04, que teve como proposta ser uma política pública estratégica do Estado, com vista à redução das desigualdades sociais e regionais por meio do incremento de processos de escolarização e de profissionalização de regiões no interior dos pais distantes de centros urbanos.

Inicialmente iremos contextualizar historicamente o surgimento da educação profissional no Brasil com ênfase nas contradições do processo de reforma da educação profissional ocorrida na última década, que destaca a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como política de desenvolvimento regional. Em seguida, pretendemos elucidar as implicações dos Institutos Federais na escolarização e suas implicações sociais nos municípios onde os campi são implantados, por fim sua relação com o desenvolvimento social.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Para melhor conhecer os desafios da interiorização da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, este estudo se delimitará como uma pesquisa exploratória descritiva, por meio da utilização de pesquisas bibliográfica e documental. De acordo Gil (2012) na pesquisa exploratória busca proporcionar uma maior familiaridade do pesquisador com o problema, com objetivo de torná-lo mais transparente, formular hipóteses, aprimorar ideias e descobertas.

Complementa Vergara (2000) que a pesquisa exploratória é utilizada quando se existe pouco conhecimento científico a respeito de determinado tema, onde é necessário iniciar um processo de investigação que identifique o fenômeno e suas características essenciais.

Utilizaremos a pesquisa bibliográfica e documental para aprofundar os conhecimentos sobre a história da educação profissional no Brasil, as concepções de desenvolvimento, os documentos oficiais que tratam da Expansão da Rede Federal de Educação e por fim, a busca por estudos e dados estatísticos acerca da importância da interiorização da educação profissional para os municípios e sua relação com o desenvolvimento regional.

Este estudo é fundamentado em bases qualitativas e se baseia no processo de investigação do materialismo histórico dialético, por constituir-se na perspectiva teórica e epistemológica que melhor se adequa a proposta ora estudada.

A REDE FEDERAL DE TECNOLOGIA

A trajetória da educação profissional brasileira é marcada pelo viés assistencialista e dualista, uma vez que representou a dualidade da distribuição de renda, e, por conseguinte a divisão de classes da sociedade brasileira. Na revisão da literatura, observamos que as origens da Educação Profissional no Brasil se iniciam no período monárquico com a criação do Colégio das Fábricas (1809), que tinham como objetivo amparar crianças e adolescentes abandonados. Em 1909, com o início do processo de indústria-manufatureira, vimos o primeiro esforço do governo em articular a Educação Profissional para atender os interesses dos empreendimentos, ocorre então, a implantação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, especificamente destinadas para pessoas pobres e humildes.

Dessa maneira, fica evidente uma contradição insolúvel entre a estrutura político-econômica, as relações sociais da sociedade nascente e a necessidade de uma educação dual: uma escola clássica, formativa, de ampla base científica e cultural para as classes dirigentes e outra pragmática, instrumental e de preparação profissional para os trabalhadores. Trata-se de ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um processo de desenvolvimento pensado pelas classes dirigentes (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005. Pág. 03).

Com instauração do Estado Burguês em detrimento do Estado Oligárquico, na década de 30, e a necessidade de substituir o modelo de importações para atender os interesses e demandas da indústria nacional, conseqüentemente a educação profissional ganha destaque uma vez que há a demanda de trabalhadores qualificados para a implantação na nova indústria.

Conforme Tavares (2012) apesar do processo de industrialização do Brasil ganhar impulso já nas décadas de 1930-1940, o setor industrial ganhou nova feição a partir da década de 1950 (período ditatorial), quando empresas multinacionais se instalam no país através da articulação entre os interesses do capital internacional e da elite política nacional.

O Brasil torna-se então, dependente do capital internacional, que passa a requisitar investimentos na qualificação de mão-de-obra, com base na teoria do Capital Humano ocorre a ampliação da Rede Federal e o estabelecimento de acordos internacionais, para impulsionar a expansão da oferta de Educação Profissional, principalmente nas décadas de 60 e 70, onde elevar a escolaridade dos trabalhadores passa a ser determinante para o desenvolvimento industrial do país.

Durante o processo de redemocratização do Brasil, culminando com a Constituição de 1988, ocorre à reformulação de políticas sociais, entre elas da Política de Educação, agora considerada política pública social (direito dos cidadãos, dever do Estado). Sua implantação foi acompanhada da crise econômica que acelerou o processo de globalização dos mercados e mundialização do capital (hipertrofia financeira, consolidação de uma nova base científico-técnica e novas formas de organização e gestão empresarial, com destaque a políticas de ajustes fiscais, desregulamentação dos estados, flexibilização das leis trabalhistas e privatização do patrimônio público) (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

É nesse contexto de globalização e da mundialização da economia que a educação tecnológica ganha destaque na década de 90, por meio das constantes mudanças no processo produtivo mundial, sobretudo da intensificação do progresso técnico na economia (ciência e tecnologia). Oliveira (2003) elenca as transformações ocorridas no processo de trabalho, entre elas a diminuição da separação conceitual entre inovação e produção, e a modificação da natureza e no conteúdo do trabalho, a concepção de trabalho direto vem sendo substituído pelo monitoramento e pela supervisão dos sistemas automatizados, onde os trabalhadores começam a ter um maior conhecimento do sistema produtivo, sendo capazes de corrigir e de prevenir gargalos e as novas formas de gestão tem viabilizado uma maior integração das funções de produção, controle e qualidade.

Nesse contexto socioeconômico, observamos a intervenção das grandes agências internacionais (FMI, Comissão Econômica para a América Latina, BIRD) por meio não só de grandes empréstimos mais também por orientação e intervenção na política de educação brasileira, mais especificadamente na educação superior e no ensino técnico-profissional, com relação a esta:

O Banco Mundial considera que: o sistema público de educação profissional possui uma estrutura muito rígida, muito diferenciada e com pouca interlocução com o setor produtivo. Assim, a Reforma da Educação Profissional é vista como premissa básica, tanto para a reestruturação do ensino médio, quanto para um programa agressivo de racionalização de custo, enfatizando, ainda, que deve-se priorizar a educação geral e desvinculá-la da educação profissional (OLIVEIRA, 2003, p. 47).

Destaca ainda, para os documentos normativos emitidos pelos organismos internacionais especialmente os relativos ao ensino profissional, sinalizavam a separação administrativa e curricular dos conteúdos profissionais dos vinculados ao ensino médio, institucionalização de uma educação profissional moderna, vinculada ao mercado de trabalho, melhoria das habilidades e de conhecimentos que levem ao desenvolvimento do setor produtivo e a oferta do ensino profissional em três níveis: o básico (independente de escolaridade prévia), o técnico (que pode ser cursado de forma concomitante ou complementar ao ensino médio) e a educação tecnológica (educação profissional em nível superior).

O Brasil promove então a reforma do ensino médio e técnico no Brasil por meio do Decreto nº 2.208/97 que regulamentou os artigos 36 e 39 a 42 da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) ao estabelecer que a educação profissional de nível técnico tenha organização curricular própria e independente do ensino médio, passando a ser ensino

médio e educação profissional de nível técnico. No mesmo ano, o Ministério da Educação emite a Portaria do MEC nº 1005 de 10 de setembro de 1997 que implementa o Programa de Reforma Profissional (PROEP), que previa triplicar a oferta da educação profissional visto que contava com o financiamento de organismos internacionais, entre eles o Bird.

Destacamos o estudo de Oliveira (2003) perante as contradições da reforma do ensino profissional que tinha como diretrizes principais garantir a flexibilização e a proposição de currículos abertos, baseados não em disciplinas, mas em competências e habilidades. Conforme a autora, a reforma era pretenciosa, primeiro pela premissa de que a educação profissional deveria ser sustentada por uma “sólida educação de base”, onde no Brasil vemos a rede pública caracterizada pela baixa escolaridade de ensino e pela falta de estrutura governamental. Segundo por causa da ênfase dada à educação como motriz do desenvolvimento econômico, considerando que este depende muito mais de outras mediações para se tornar concreto e competitivo.

Por fim, a autora questiona a rearticulação e a ressignificação de conceitos presentes em suas diretrizes tais como “política de igualdade”, formação do “cidadão trabalhador”, uma vez que a educação profissional estava sendo implantada por uma ótica mercantilista, consubstanciada na priorização de competência e na subordinação da educação ao setor produtivo.

OS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, é instituído a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e com ela, se criam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que apresentam como premissas em suas diretrizes e objetivos a fomentação do desenvolvimento local e regional:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Observamos então, que os princípios norteadores da Educação Profissional, conforme os incisos acima estão diretamente relacionados com o desenvolvimento econômico do país. Os institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, iniciam então uma dinâmica inédita na educação, o de incluir em seus debates as necessidades e demandas das comunidades, ofertando assim, formação profissional baseada nas peculiaridades científico-tecnológicas do território, como preconiza o Art. 2º “as instituições de educação superior, básica e profissional, são pluricurriculares e multicampi, especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008a).

Em 2009, o Ministério da Educação por meio da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica elaboram o Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local que teve como objetivo propor e desenvolver uma metodologia capaz de orientar e organizar as iniciativas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, principalmente no processo de interiorização dos institutos federais tendo em vista inseri-los no desenvolvimento regional/local.

Entre as contribuições do documento estão à ênfase de abordagens multidisciplinares para a identificação de aspectos como potencialidades/vocações, estas entendidas como um conjunto de características intrínsecas de uma determinada territorialidade e que se constituem diferenciais ou vantagens competitivas no contexto regional, nacional e mundial quando exploradas adequadamente proporcionam as condições para o desenvolvimento regional sobre bases sustentáveis.

Destaque para ações de espaços de participação popular por meio de articulação e engajamento com os atores sociais regionais/ locais por meio de técnicas (entrevista com setores da sociedade, oficinas de trabalhos para identificação de demandas e necessidades e audiências públicas com vista a apresentar as convergências e estabelecimento de compromissos).

De acordo com Pacheco, a razão de ser dos Institutos Federais, enquanto instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, estão associadas à:

- conduta articulada ao contexto em que está instalada;
- ao relacionamento do trabalho desenvolvido;
- à vocação produtiva de seu *lócus*;
- à busca de maior inserção da mão-de-obra qualificada neste mesmo espaço;
- à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico político cultural de sua região de abrangência (BRASIL, 2008b, p.25).

Podemos observar nos documentos oficiais a adoção, como referencial de diretrizes e ações, do conceito de desenvolvimento regional sustentável, entendido como o processo de intervenção e mudança que articula o aumento da competitividade da economia regional/local, a inclusão social, a elevação da qualidade de vida da população, a preservação das identidades culturais das comunidades e a preservação ambiental. Compreende-se que as prioridades de desenvolvimento devem ser capazes de articular positivamente e viabilizar avanços em cada uma destas dimensões, atenuando conflitos e tensões entre a economia, a sociedade e o meio ambiente (MEC/SEPT, 2009, p.9).

Concordamos com Cerqueira (2017) ao destacar que o termo desenvolvimento nasceu na economia e foi transformado em sinônimo de crescimento ao longo dos anos, foi atrelado ao processo de industrialização, desenvolvimento de tecnologias, crescimento econômico e demográfico, elevação de riquezas, prosperidade financeira, acúmulos de propriedades e bens de consumo. Em sua análise a autora sinaliza que foi a incidência do neoliberalismo através das reformas estruturais de reforma do estado, privatização dos serviços públicos e focalização de programas sociais para os segmentos mais vulneráveis da sociedade que ocasionou a mudança de concepção sobre desenvolvimento agora atrelado a superação da pobreza nos países subdesenvolvidos.

A autora salienta ainda que, as orientações previstas no Consenso de Washington, baseadas nos livres mercados, não atendia mais as questões políticas e sociais instauradas na década de 1990, principalmente a respeito dos profundos debates e questionamentos nacionais acerca do subdesenvolvimento dos países periféricos, especialmente os da América Latina. Com essa nova concepção, as estratégias nacionais de desenvolvimento devem ser focadas na formulação e execução de políticas públicas de combate à pobreza, com destaque para a política de educação, ocorrem então, vultosos empréstimos e financiamentos que dão novas roupagens a dependência econômica dos países periféricos, tais como o Brasil, aos países centrais.

É nesse contexto de estrutura de formação profissional flexível, que conceitos como competências e empregabilidade passam a subsidiar a construção da educação profissional, onde o trabalhador não se prepara mais para um emprego, mas para a flexibilização dele. A própria organização curricular tecnológica prevista na LDB 96, em seu art.39, integra a educação profissional e tecnológica a diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões de trabalho, da ciência e da tecnologia assim como a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (Art. 35).

“De fato, a lógica das competências incorpora traços da Teoria do Capital Humano, redimensionando com base na nova sociabilidade capitalista. Apoiase no capitalismo concorrencial de mercado; o aumento da produtividade marginal é considerado em função do adequado desenvolvimento e utilização das competências dos trabalhadores; o investimento individual no desenvolvimento de competências é tanto resultado quanto pressuposto da adaptação à instabilidade da vida” (RAMOS, 2001, p.54).

Como elencado, a história da educação profissional foi voltada para atender as necessidades das indústrias, alguns autores, consideram a política de Educação Profissional vinculada à lógica capitalista, uma vez que a “educação profissional subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente. A educação profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como de educação polivalente e abstrata. Trata-se de conformar o cidadão mínimo, que pensa minimamente. Trata-se de uma formação na ótica individualista e fragmentada (FRIGOTTO, 2010, p.80).

Em contrapartida, a possibilidade de construção de uma educação profissional crítica, não direcionada exclusivamente a tendência tecnicista é uma possibilidade presente quando bem explorada. Cerqueira (2017) enfatiza que a educação profissional oportuniza ascensão de escolaridade aos trabalhadores, ampliação da possibilidade de melhorias na vida social, familiar, comunitária e pessoal, uma vez que ultrapassa a mera certificação e amplia as vantagens de mudanças de emprego e melhorias salariais e principalmente o acesso do trabalhador ao pensamento crítico, com acesso a livros e ao saber científico e criticidade tem mais estreitamento e possibilidades de acontecer.

Assim a educação profissional surge para amenizar as necessidades sociais que são postas (alfabetização, escolarização e inclusão social) assim como fornecer mão de obra qualificada para as demandas do mercado de trabalho e confrontam-se na perspectiva de submissão aos interesses imediatos do capital e formação do cidadão na perspectiva emancipadora (Cerqueira, 2017).

Dessa maneira, a expansão da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia é permeada por conceitos e diretrizes que quando não debatidas e compreendidas em sua totalidade acabam por reproduzir os ditames do capital internacional de formar trabalhadores com habilidades básicas, específicas e de gestão. Sendo imprescindível o debate e a reconstrução do conceito de educação profissional e sua articulação com desenvolvimento econômico e social.

A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MARANHÃO

Em 12 de dezembro de 2004, o Ministério da Educação por meio da SETEC, realizou uma chamada pública para os Estados, com o objetivo de acolher propostas de composições de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Somente em 2008, o resultado da chamada compõe o documento para subsidiar o Projeto de Lei nº 3.775 que propõe a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que com a aprovação da Lei nº 11.892, é criado os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 2005 cria a primeira fase do Plano de Expansão da Educação Profissional, que tinha como intenção alavancar o desenvolvimento de regiões, geograficamente delimitadas do interior do país, por meio do incremento dos processos expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre eles, o do Estado do Maranhão – IFMA por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras. A fase I do Plano de Expansão contemplou oito unidades, localizadas nos municípios de Caxias, Timon, Barreirinhas, Pinheiro, Barra do Corda, São João dos Patos, Bacabal e Alcântara.

No ano de 2007, é implantando a fase II do Plano de Expansão da Educação Profissional, tendo como objetivo criar uma escola técnica em cada cidade-polo do país. A intenção do plano era cobrir o maior número possível de mesorregiões e consolidar o compromisso da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional. Com o crescimento do sistema, surgiu a necessidade de sua reorganização. Em decorrência disto criaram-se os Institutos Federais, ainda, nessa fase, a criação dos Campi em Araiases, Presidente Dutra, Itapecuru-Mirim e dos seguintes Campus Avançados: Balsas, Chapadinha, Colinas e Mirinzal.

Conforme PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional a fase III, lançada pelo MEC em 2011, possibilitou a expansão dos campi para os municípios de Coelho Neto, Grajaú, São José de Ribamar, Viana, Pedreiras e os Campis Avançados de Rosário, Carolina e Porto Franco). Assim, a expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia tem alcançado a interiorização do ensino profissional e tecnológico, atingindo 568 municípios, conforme dados do Gráfico 2. No Maranhão, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia atua em 33 municípios, sendo 26 campus, conforme figura abaixo, 03 Campus avançados (Carolina, Porto Franco, Rosário), 03 **Núcleos Avançados** (Bacabeira -vinculado ao Campus São Luís- Monte Castelo, Santa Rita - vinculado ao Campus São Luís- Monte Castelo, Itaqui Bacanga -vinculado ao Campus São Luís- Centro Histórico.

Nos documentos normativos e em suas diretrizes, podemos observar o compromisso da rede federal com o desenvolvimento socioeconômico local regional, a partir da identificação e da definição dos territórios de abrangência por meio de mesorregiões¹. Uma vez que os critérios do governo federal para definição do quantitativo e da localização da implantação dos campi são baseados nos baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) somados a identificação socioeconômica e das potencialidades dos arranjos produtivos locais presentes.

1. Uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade constituída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE 1996).

Destacamos que a interiorização da rede federal de educação ciência e tecnologia se faz ainda mais necessária na região nordeste do país, onde no censo de 2010 (IBGE) constatou que 17,6% da população do país com mais de 10 anos é considerada analfabeta, em contrapartida com as taxas da região norte (10,6%), Centro oeste (6,6%), Sudeste (5,1%) e Sul (4,7%). Em dados mais específicos, de uma mostra de 5.264.736 pessoas com dez ou mais anos de idade, percebemos que o número de pessoas sem educação básica é em torno de aproximadamente 4 milhões de pessoas.

GRAU DE INSTRUÇÃO	PESSOAS COM 10 OU MAIS ANOS.
SEM INSTRUÇÃO OU FUNDAMENTAL INCOMPLETO	3.213.208
FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO	842.384
MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO	994.385
SUPERIOR COMPLETO	189.918
NÃO DETERMINADO	24.842

Tabela 1- Nível de escolarização de pessoas com 10 ou mais anos por nível de instrução.

FONTE: Dados Censo -2010, IBGE.

Ao focar no nosso recorte, o Maranhão foi considerado o quarto município do país com mais analfabetos, onde 19,31% da população não sabe ler. A educação profissional se torna então, uma estratégia de inclusão social ao proporcionar oportunidades educacionais e culturais em regiões agora abrangidas pela expansão da rede federal de educação profissional, através da desconcentração educacional e territorial das capitais dos Estados para o interior do Brasil, ou seja, possibilita aos estudantes que residem em cidades do interior dos estados a reduzir a demanda por educação nos grandes centros populacionais.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Açailândia	120	160	200	160	80	200	240	240	280	320	200	280	280	280
Alcantara	160	80	60	120	80	120	200	120	160	120	200	120	120	160
Araiose							120	200	200	120	160	120	160	160
Bacabal	160	280	200	120	160	120	200	200	200	160	80	160	160	120
Barra do Corda	200	240		240	360	200	320	320	280	320	160	400	240	200
Barreirinhas	120	160	80	280	40	80	200	200	240	200	240	240	200	200
Buritcupu	360	240	240	280	240	240	240	240	240	160	200	200	200	160
Campus Avançado Carolina							80	80	80	40	80	120	240	120
Campus Avançado Porto Franco							160	160	160	80	40	80	120	200
Campus Avançado Rosário							160	160	120	160	120	160	200	160
Caxias	120	280	120	80	200	200	200	200	160	200	160	200	160	160
Codó	240	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160

Coelho Neto			80	80	160	120	160	160	200	200	120	160	200	120
Grajaú							240	240	280	240	280	240	280	200
Imperatriz	480	280	400	455	420	440	440	440	560	480	480	480	200	440
Itapecuru							160	160	80	120	120	120	120	120
Pedreira							160	160	160	240	160	240	240	240
Pinheiro	360	120	120	200	240	400	280	280	280	240	160	160	280	240
P. Dutra									80	120	80	80	120	120
Santa Inês	320	320	200	200	160	160	160	160	200	200	200	240	200	200
São João dos Patos	80	80	240	120	80	120	240	240	160	240	160	160	160	160
São José de Ribamar									120	160	160	200	200	200
São Luís-Centro Histórico	180	140	150	355	165	240	245	245	310	210	265	265	265	340
São Luís-Maracanã	560	480	440	440	440	360	360	360	360	360	360	400	400	320
São Luís-Monte Castelo	530	770	640	720	730	680	670	670	770	760	570	760	690	720
São Raimundo das Mangabeiras	240	280	200	120	240	280	320	320	240	240	240	240	160	120
Timon	360	280	160	160	160	160	360	360	240	200	360	200	240	240
Viana							120	120	200	240	80	400	160	120
Zé Doca	320	120	160	120	120	120	160	160	120	160	160	120	160	160
Total de vagas	4910	4470	3850	4410	4235	4400	6355	6355	6640	6450	5755	6705	6315	6140

Tabela 2- Quantidade de vagas ofertadas.

Fonte: Site do IFMA.

Ao analisarmos os editais institucionais dos processos seletivos de oferta de vagas aos cursos da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, nas formas integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio, entre os anos de 2011 e 2024, foram ofertadas 76.990 vagas para todo o estado. Podemos constatar que houve a interiorização e a desconcentração da educação profissional de nível médio, conforme o quantitativo de vagas ofertadas nos municípios onde há um campus do IFMA. Com exceção dos campi localizados nos grandes centros urbanos (Imperatriz, São Luís – Monte Castelo, São Luís – Maracanã, São Luís – Centro Histórico), foram ofertadas 68.225 vagas nos municípios do interior do Estado do Maranhão, o que representa aproximadamente 88,6% do total de vagas disponíveis.

Como constatado, a expansão da rede de educação profissional e tecnológica, ampliou o número de matrículas, aumentando assim a diversidade sociocultural do público atendido, e aproximação com a realidade socioeconômica das comunidades, sendo considerado pelo MEC, observatório de políticas públicas e do universo social, econômico, geográfico, educacional, cultural, científico e tecnológico do seu entorno (BRASIL, 2011, p.8).

Ao assumir o papel de incubadoras de políticas públicas afirmativas, inclusivas e de equidade e ao compreender que seu verdadeiro endereço é o território onde estão inseridos, os nossos Institutos demonstram a compreensão de seu espaço e responsabilidades com o projeto de nação em curso no nosso país (BRASIL, 2011, p. 10).

Passam então a exercerem a função estratégica de promotores do desenvolvimento local e de inclusão, através da oferta da educação profissional e tecnológica para formar e qualificar os cidadãos com vista à atuação profissional em diversos setores da economia, com ênfase na identificação e mapeamento das potencialidades locais, através da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais com vista ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Para isso, ocorreu então, o processo de descentralização de ações e projetos centrais para a realocação da importância dos municípios como espaço de desenvolvimento. Por meio da superação da concepção de que desenvolvimento está nas grandes cidades, na urbanização, no crescimento demográfico, na concentração de grandes indústrias, pois é nos municípios que se podem observar as questões sociopolíticas e econômicas de maneira micro, que em grandes cidades e centros se tornam imperceptível (Cerqueira, 2017).

“Observar a dinâmica do local e as diversas expressões da questão social, a partir de um pequeno grupo, pode contribuir para a elaboração de políticas públicas realmente eficazes e que alcancem a população realmente necessitada. Cada território tem sua especificidade e é imprescindível respeitar as peculiaridades de cada local, repensar ações estratégicas para enfrentamento e superação dos problemas sociais (CERQUEIRA, 2017, p.36).

Em consonância Pacheco (2012) relata que na intervenção no território os Institutos devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu lócus, a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada por meio de cursos de qualificação programados para atenderem as demandas identificadas a partir de especificidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais.

Os Institutos Federais surgem como autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. Pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, é, porém, ao eleger como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses, que essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade. E na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais (PACHECO, 2012, p.4).

É essencial para o desenvolvimento social da comunidade que os cursos ofertados possam ser integrados e direcionados para os arranjos produtivos locais. O foco nos APLs², segundo Cassiolato e Lastres (2003) não deve ser visto por si só como prioridade de política, mas sim como uma forma que potencializa as ações de promoção por focalizar agentes coletivos, seus ambientes, suas especificidades e requerimentos, uma vez que permite identificar e desenhar políticas que considerem as especificidades e requisitos dos diferentes ambientes e atores locais e a considerar de que as políticas serão mais efetivas e bem sucedidas se focalizarem o conjunto dos agentes e seus ambientes.

As potencialidades sociais da expansão da educação profissional são elencadas por vários autores, entre eles Oliveira (2016) ao relatar que a interiorização da educação possibilita aos estudantes o acesso ao ensino médio de qualidade e ao superior, sem ter que se deslocarem as cidades dos grandes centros urbanos e capitais, que além de diminuir gastos que teriam com moradia, alimentação, transporte, ocorrendo assim, uma desconcentração geográfica do ensino, que permite aos candidatos que residem no interior dos estados de competir em condições iguais com os candidatos residentes na Capital pelo acesso aos cursos mais concorridos nas Instituições de Educação Superior ou empregos.

São apontados pelo autor outros potenciais aspectos positivos da interiorização do ensino (OLIVEIRA, 2016, p.86), entre eles:

- a) ampliação e fortalecimento do mercado de trabalho dos municípios interioranos, com a possibilidade de fixação de mão de obra altamente qualificada. Sem a interiorização, é provável que muitos dos estudantes que concluem seus cursos superiores em grandes centros não retornem aos seus locais de origem;
- b) dinamização da economia local e expansão do mercado consumidor do interior, como consequência da instalação de novos negócios e empreendimentos, em diversos segmentos produtivos, para atender ao aumento da demanda e também como efeito do gasto dos salários de professores, funcionários e alunos nos próprios municípios do interior;
- c) estabelecimento de parques e incubadoras tecnológicas, impulsionando a inovação, através da geração de novos produtos, processos e serviços;
- d) instalação de equipamentos educacionais de nível mais sofisticado, permitindo a prestação de serviços de ensino e extensão de qualidade às comunidades interioranas.

Por fim, consideramos a expansão em si é um movimento importante e necessário (OLIVEIRA, 2012, p. 62), que representa a presença do Estado brasileiro por meio de instituições reconhecidas de qualidade nas periferias das capitais e em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, ou seja, é a presença do Estado para além dos territórios em que se concentra a maior parte do PIB nacional. Isso significa a possibilidade

2. Arranjos Produtivos Locais (APL's) são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

de muitos brasileiros terem acesso a uma educação de qualidade. Essa presença federal nas regiões mencionadas se justifica porque, atualmente, são poucas as redes estaduais estruturadas no sentido de se constituírem como via para garantir, com qualidade, esse direito à população, apesar de ser responsabilidade dos estados à universalização do acesso ao ensino médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reconhecer que o debate sobre educação e desenvolvimento regional se faz importante, principalmente em um país, conforme levantamento de dados estatístico de Pacheco (2008, p.33) apontam que, apesar dos avanços do Brasil na cobertura do ensino fundamental e médio nas últimas décadas, a parcela de jovens com baixa instrução ainda é expressiva, quase 30% dos brasileiros entre 18 e 25 anos não têm sequer oito anos de estudo. Esses dados criam um descompasso em relação à tendência que já se observa na realidade produtiva, de estabelecer como exigência mínima de qualificação o ensino médio completo (atualmente 12 anos de estudo). Cumpre ressaltar, também, que o Brasil possui a quinta maior juventude no mundo, sendo que aproximadamente apenas 50% estudam e destes, 56% apresentam defasagem idade/série.

Destacamos a importância da interiorização dos Institutos Federais por meio da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, nas cidades afastadas dos grandes centros urbanos e das capitais, no estado do Maranhão, se em 2005 possui somente cinco escolas de educação profissional (Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras) hoje atua diretamente em 33 municípios, por meio de 26 campi instalados.

Os Institutos Federais tanto por sua infraestrutura quanto por sua capilaridade territorial apresentam uma proposta singular de dialogar seja regionalmente seja localmente, com a realidade dos pequenos municípios e cidades antes esquecidas por políticas educacionais de qualidade. Consideramos que há a possibilidades de construção de um projeto de desenvolvimento social há medida que amplia o acesso à educação a pessoas antes privadas de educação de qualidade.

Somado as suas capacidades seja física seja de recursos humanos de atuar juntamente com os sujeitos internos ou externos das comunidades e a realidade local onde são implantadas, por meio da formulação e implementação de políticas de ensino, pesquisa e extensão voltadas para as dinâmicas socioprodutivas locais.

Contudo, apesar de não ser objeto de estudo deste trabalho, é necessário estar presente nos estudos e debates as contradições que permeiam a expansão da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, entre elas, o papel do município e da comunidade como corresponsáveis pelo desenvolvimento e crescimento econômico da região, uma vez que, essas questões apresentam uma conjuntura econômica, social e política bem mais complexa do que a apresentada nos documentos institucionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 11.892**. Brasília, dezembro, 2008a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. **Instituto Federal – Concepções e Diretrizes**, Brasília, jun. 2008b.

BRASIL. Ministério de Educação. **Decreto 2.208**. Brasília, abril, 1997

BRASIL. Ministério da Educação. Guia Metodológico do Programa Nacional Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Brasília, DF, MEC, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SEPT). Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica. **Pesquisa para Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/local**. 2009.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H.M.M. **O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas**. In: Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: . Acesso em: 24 de set. 2017. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3540>

CERQUEIRA, Y. D. F. . **Institutos Federais e Desenvolvimento Local: O IFSULDEMINAS - Campus Machado - como expressão dos limites e possibilidades da Educação Profissional e Tecnológica na sociedade brasileira contemporânea**. 2017. 252 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2017.

FRIGOTTO, G. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização educação básica**. In: MOLL, J. (Org.). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo - desafios, tensões e possibilidades. São Paulo: Artmed, 2010. p.25-4.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FURTADO, Celso. (2004). **Para onde caminhamos?** In D'AGUIAR, Rosa Freire (2013) (org.). Essencial Celso Furtado. 1ª ed. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras. p. 435-8.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. **Plano de desenvolvimento Institucional: 2014-2018**. São Luís, 2014.

NEVES, R. S.; ROCCO, L. . **Avaliação da Interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**. 2016. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/160445/960917/AVALIACAO_DA_INTERIORIZACAO_DO_INSTITUTO_FEDERAL_DE_EDUCACAO_CIENCIA_E_TECNOLOGIA_DO_MARANHAO.pdf/8332f98a-31a3-45b8-a3d3-1c2dc4b36e92

OLIVEIRA, L.L. de O.; **A interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 81-96, 2016.

OLIVEIRA, M.A. M.. **Políticas Públicas para o ensino profissional: O processo de desmantelamento do Cefets**. Campinas: Papirus, 2003.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: **Uma revolução na educação profissional e tecnológica**. (s.d). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos>>. Acesso: 22 fev. 2012.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: Autonomia ou adaptação?** São Paulo, Cortez, 2001.

SCHNEIDER, M.M.B. **Desatando os nós do currículo integrado no ensino médio no âmbito dos Institutos Federais**. 2013. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande Do Sul, Ijuí, RJ, 2013.

SILVA, C. R. C. **As Inter-relações entre Educação Profissional e Desenvolvimento**, 2012. Disponível em:http://www.ccsa.unimontes.br/semanadoeconomista/images/arquivos/anais/GT2/as_inter_relacoes_entre_educacao_profissional_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 29/09/2017.

TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As etapas históricas da educação profissional no Brasil**. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/10> Acesso em: 08 out. 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
LUDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 22, n. 74, p. 77-96, 2001.